



Leituras de Realidade: ferramentas de apreensão da concreticidade da vida social e seus impactos barbarizantes e de visualização de possibilidades para além do capital

Reality Readings: apprehension tools of the social life concreteness and its barbarizing and visualization impacts of possibilities beyond capital

GISSELE CARRARO*

MARA DE OLIVEIRA**

ANA OLIVEIRA ROVATI***



RESUMO – O presente estudo parte do pressuposto de que para compreender a realidade brasileira contemporânea como parte de um todo, movimento constante entre particular e universal, há necessariamente que fazê-lo a partir de “lentes” de leitura. Considera-se o materialismo histórico e dialético como método de apreensão da totalidade da vida social. Trata-se de um modo de abordar a realidade social, uma postura crítica e de direção transformadora diante do real, na medida em que se propõe a desvendar o funcionamento do real e interferir no processo de conformação ante as possibilidades de sua superação. Nessa perspectiva, efetuam-se reflexões e análises no intuito de desocultar relações, contradições, mascaramentos que servem para legitimar a ordem societária vigente do capital como insuperável e preferível a todas as alternativas possíveis que possam ser constituídas.

Palavras-chave – Leitura de realidade. Sociedade brasileira. Materialismo histórico e dialético.

ABSTRACT – The present study based on assumption to understand contemporary Brazilian reality as part of a whole, constant movement between private and universal, there is necessarily to do so from reading “lenses”. Historical and dialectical materialism is considered as a method of apprehending the totality of social life. It is a way of approaching social reality, a critical posture and transforming direction before the real, inasmuch as it proposes to unravel the functioning of real and to interfere in process of conformation before the possibilities of its overcoming. From this perspective, reflections and analyzes are carried out to disclose relationships, contradictions, and masquerades that serve to legitimize the current corporate order of capital as unsurpassed and preferable to all possible alternatives that may be constituted.

Keywords – Reading of reality. Brazilian society. Historical and dialectical materialism.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. CV: <http://lattes.cnpq.br/6949112965998925>. E-mail: gcarraro5@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. CV: <http://lattes.cnpq.br/2417348809083511>. E-mail: molivei8@gmail.com.

*** Fotógrafa. Bacharel em Publicidade e Propaganda pela PUCRS. Master em Fotografia Desarrollo de Proyectos pela Escuela Blank Paper da Espanha. CV: <http://lattes.cnpq.br/0416314052078373>. E-mail: anarovati@gmail.com.

Submetido em: setembro/2017. Aprovado em: outubro/2017.

Vive-se um “tempo partido, tempo de homens partidos. A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua. Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos. As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei” (ANDRADE, 2012).

Tal “tempo”, baseado no desejo incessante de consumo – ideologicamente vendido como necessário à sobrevivência –, descrédito nas leis e na justiça “dos homens”, desconfiança e intolerância ao diverso: a esperança de que um outro mundo é possível “esmigalha-se em pó na rua”. Tem sido difícil encontrar alternativas. O convite permanentemente reiterado é o de: “nos resignar com o atual estado das coisas, não importa quão destrutivos sejam seus antagonismos, pois dentro dos parâmetros da ordem estabelecida [...] não é possível enxergar-se solução alguma para as contradições onipresentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 38).

Mas, exatamente essas contradições é que precisam ser avistadas para que se encontrem/reencontrem caminhos diferentes do *status quo*. No entanto,

a realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, ‘selecionam’ e ‘distorcem’ o que os olhos veem, e ‘escondem’ o que não deve ser visto (SOUZA, 2015, p. 06).

As leituras de realidade, tendo como parâmetros de investigação e de interpretação o método materialista e dialético (sustentado pela tradição marxista), são o caminho exequível para identificar “empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (MARX; ENGELS, 1996, p. 35), cuja finalidade última é transformação social, política e econômica da sociedade.

Mas, tal processo não é simples nem fácil. A passagem do abstrato para o concreto pensado (perspectiva inerente ao método utilizado) demanda enxergar, visualizar as estratégias de acomodação, coerção e alienação utilizadas pelo capital, construindo conhecimento sobre a sociedade através de uma observação aguçada que permita conhecer e descrever os fenômenos. Significa romper com a pseudoconcreticidade, caracterizada pelas representações reificadas que chegam ao ser humano através da experiência cotidiana de alienação (KOSIK, 2002).

A descrição e exposição da realidade contemporânea, com ênfase em fatos ocorridos no Brasil, é apresentada na Parte 2. Nela buscou-se realizar um diálogo sobre aspectos que negam a “romantização das representações comuns” (KOSIK, 2002, p. 20), tentando apreender o cotidiano distante do senso comum (do “não tem jeito”, de não se saber o que se está fazendo e o que fazer daqui para frente), ligando-o as suas condições históricas, sociais e ideológicas, o que permite visualizar alternativas à hegemonia do capital.

Os caminhos a serem percorridos em contraposição à lógica dominante exigem a definição de premissas orientadoras, no caso aquelas com vínculo ao método materialista histórico e dialético. Isso encontra-se explicitado na Parte 3, mostrando a “possibilidade de compreender a totalidade da sociedade e suas reais contradições e conflitos, os quais são substituídos por falsas questões [as quais] faz[em] com que todo conhecimento fragmentário e superficial seja necessariamente conservador” (SOUZA, 2015, p. 14).

Por fim, na Parte 4, examina-se um documento denominado *Renovação da Política brasileira*, lançado em setembro de 2017. O objetivo, à luz das reflexões realizadas nas partes anteriores, foi trazer à tona o que está oculto por trás da aparência ilusória, num esforço constante de produzir a “[...] ‘crítica das ideias’ dominantes [que] é a primeira trincheira de luta contra os ‘interesses dominantes’ que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos” (SOUZA, 2015, p. 14-15).

A intenção das posições teóricas e reflexivas trazidas neste artigo caminhou no sentido de contribuir, por meio do conhecimento gerado, para a compreensão alternativa e crítica da sociedade brasileira contemporânea e dos processos sociais em curso que a conformam, servindo como “[...] ‘arma

de combate', para rearmar o cidadão que foi destituído das condições para entender seu cotidiano e as lutas sociais, nas quais se encontra inserido sem o saber, para torná-lo sujeito de seu destino" (SOUZA, 2015, p. 16). Cidadão que seja capaz de enxergar que há alternativas para a situação hoje existente (a barbárie) e, que essa, é "para além do capital".

Por último, alerta-se aos leitores que dediquem especial atenção para as inúmeras notas de rodapé utilizadas, pois trazem indicações, observações ou aditamentos ao artigo feito pelas autoras na direção de tecer considerações e prestar esclarecimentos com mais profundidade e agregar informações ao conteúdo, sem interromper a leitura ou o raciocínio do texto.

A realidade contemporânea e a possibilidade de contraposição a essa

Neste exato momento, não sabemos o que fazemos, mas sabemos que há um mundo que lentamente desaba. Muito desse desabamento é graças exatamente a essas ações que fazemos sem saber o que fazemos, pois, o processo histórico que destrói os limites de uma época é sempre animado pelo que ainda não encontra forma para ser posto como representação da consciência ou da intenção (SAFATLE, 2012, p. 85).

A citação anterior comporta duas grandes questões a serem debatidas neste artigo: a realidade contemporânea subjugadora da humanidade aos mandos do capital e o acreditar em sua superação, mesmo com as acentuadas contraposições.

A ultrapassagem exige descobrir saídas no "labirinto das contradições do sistema do capital global, por meio de uma transição sustentável, para uma ordem social muito diferente; é, portanto, mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora" (MÉSZÁROS, 2011, p. 41).

A primeira questão refere-se ao sentimento, concretizado em ações, de não saber o que se está fazendo, logo, também, do que fazer quanto à realidade social, política e econômica em vigor, que desaba, abarcando, entre outros, aqueles elementos relativos à expropriação de direitos fundamentais dos trabalhadores¹, período em que o "capitalismo se revela mais injusto do que nunca²" (SADER, 2009, p. 28). Destarte, na hodierna correlação de forças, a supremacia³ encontra-se sob as rédeas do capital.

Alia-se a isso (ou fazendo parte disso), conforme o já afirmado, o avanço do conservadorismo e, no caso brasileiro, o dia 17 de abril de 2016 quando a Câmara dos Deputados autorizou a instauração de processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff: "insuperável como espetáculo que apresentou aos brasileiros e ao mundo o nível desclassificado dos parlamentares. [...] entrará para a história como mais um *triste capítulo de nossa pobre democracia*" (BRAZ, 2017, p. 88, grifos no original).

Consequentemente, juntamente aos determinantes econômicos (de ordem estrutural, em determinada conjuntura), no Brasil vive-se uma crise⁴ política, que aparece de maneira declarada em 2013: "deliberada e irresponsavelmente, que afundou não apenas Dilma e seu governo, mas o próprio país [...] piorada *conscientemente* pelas classes dominantes para que atingissem a qualquer custo seus objetivos políticos" (BRAZ, 2017, p. 88, grifo no original).

Ainda, em concordância a Marcelo Braz (2017), e, consoante às inferências feitas, apesar de a história ser feita também de acasos, na perspectiva teórico-metodológica empregada, o suicídio de Getúlio Vargas (24 de agosto de 1954), a renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961), a morte de Juscelino Kubitschek (22 de agosto de 1976) em um "acidente" de carro, e a aprovação pelo Senado do *impeachment* da presidenta citada (31 de agosto de 2016) não devem ser caracterizadas como obra de "macumba", ou do azar, mas, encontram-se associadas às particularidades cultural e política brasileiras:

Todos os acontecimentos se deram em situações em que a democracia foi posta em questão, parcial ou inteiramente. Se, por um lado, foram motivados por circunstâncias particulares (se o suicídio e a renúncia foram atos cujo desenlace final dependeu de uma decisão individual, o 'acidente' e o *impeachment*

ocorreram para além das vontades individuais de quem os sofreu), *há um fio que os amarra na história: ou serviram para acelerar um processo em que a democracia vinha sendo posta em questão; ou serviram para manter uma situação em que ela já havia sido abreviada*. Em todos os casos, tratava-se de criar (ou aprofundar) as condições mais adequadas para a hegemonia do grande capital entre nós. As formas podem ser as mais variadas, dependendo das possibilidades disponíveis às classes dominantes. Elas podem ser criadas por uma quartelada com apoio civil, por manobras judiciais, por arranjos parlamentares ou mesmo combinando-as. E há mais um elemento que os liga: *em todos os casos os ataques à democracia contaram com o apoio ostensivo e militante dos grandes meios de comunicação* (BRAZ, 2017, p. 87, grifo nosso).

Dessa forma, as dimensões concernentes à estrutura do capitalismo e à conjuntura envolvendo vitórias do conservadorismo devem ser analisadas conjugadamente ao resgate de traços intrínsecos à formação social brasileira, escravocrata, elitista e autoritária, que pactua e renova seus traços distintivos desde meados do século XIX:

A capacidade das franjas das camadas mais ativas das classes dominantes em afastar a massa do povo dos centros de decisão política. Mesmo quando tivemos, ao longo do século XX, momentos de institucionalização mais ampla da participação política, tivemos elementos, mecanismos, meios e modos que constrangeram ou limitaram essa participação política a processos adjetivos. Costumo dizer que tivemos no Brasil um processo tardio, lento, desigual e sinuoso de socialização da política (NETTO, 2015, s/p).

Ou seja, qualquer análise acerca da sociedade brasileira deve levar em conta, além dos elementos estruturais próprios do capitalismo, os configuradores de sua história:

construída para que muito poucos usufríssem dos direitos formais que ela veio (bem ou mal) escrevendo no seu ordenamento jurídico-político. Em momentos de crise ou em momentos de tensão, em que se agudiza abertamente a luta de classes (para utilizar um jargão da esquerda), todo esse porão da sociedade brasileira, com um forte sentimento antipovo, antipopular, antimassa, racista e discriminador, vem à tona. O processo de transição da ditadura fez com que amplos setores tivessem vergonha do seu conservadorismo. Mas isso acabou (NETTO, 2015, s/p).

Nesse quadro (internacional e nacional) encontram-se, ademais, as dificuldades da esquerda e seu alinhamento à edificação da emancipação humana⁵. No Brasil, tem resultado em efeitos⁶:

imediatamente deletérios: o generalizado abandono do ideário socialista e, no limite, a sua conversão numa social-democracia tibia e tardia. Forças que no passado tiveram expressiva participação na luta contra a ditadura e pela democratização do país converteram-se ou em abertos porta vozes da ordem [...] ou abdicaram do seu programa e da sua autonomia na prática política [...]. Evidentemente, estamos defrontados com um processo social profundo, que não pode ser creditado a personalidades ou a oportunismos de ocasião. De qualquer forma, impera na esquerda 'reciclada' pela ideologia dessa coisa realmente reacionária, que grosseiramente se chama neoliberalismo, um cinismo assombroso: ex-guerrilheiros que se tornaram paladinos da 'cidadania', ex-líderes sindicais outrora extremamente radicais defendendo/teorizando sobre a importância econômica e democrática de fundos de pensão, ex-exponentes de partidos comunistas predicando que a questão central sob o capitalismo está na distribuição e não no modo de produção (NETTO, 2011, s/p).

Em resumo, reunindo as dificuldades comuns ao resto do mundo (estruturais e conjunturais) com as singularidades nativas, é crível afiançar que parte significativa da esquerda (militantes ou não) afastou-

se, desistiu, renunciou, abandonou o projeto de construção de outra sociedade, nas declarações de István Mészáros: “para além do capital”.

Outros, apesar de não terem renunciado, se encontram em certa condição de inércia, “não sabemos o que fazemos, mas sabemos que há um mundo que lentamente desaba”: submetem-se, assim, ao lado da “força de trabalho total da humanidade [...], aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105). Aderem à lógica prevalecente atual e suas estratégias de resignação “de que não tem mais jeito”, de que “não há alternativa”.

Certamente, o cotidiano contemporâneo internacional, de retrocessos, reavivamento de variadas configurações e práticas de estigmatização, preconceito, discriminação, ou seja, violação de direitos, caracteriza barbárie. É ampla a gama de “fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem tardia do capital – ou, para dizê-lo de outro modo, para atestar que esta ordem só tem a oferecer, contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social” (NETTO, 2012, p. 2018).

De tal modo, o medo que nos ronda é que talvez István Mészáros tenha razão:

Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a ‘socialismo ou barbárie’ a frase ‘barbárie se tivermos sorte’ – no sentido de que o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. E o mundo dessa terceira possibilidade, além das alternativas de ‘socialismo ou barbárie’, só abrigaria baratas, que suportam níveis letais de radiação nuclear (MÉSZÁROS, 2007, p. 132).

Em outros termos, a barbárie,

é omnilateral e polifacética – e é ubíqua: contém-se no arsenal termo-nuclear que pode aniquilar repentinamente todas as formas de vida sobre o planeta tanto quanto na lenta e cotidiana contaminação/destruição dos recursos hídricos, que pode igualmente inviabilizar a vida sobre a terra (NETTO, 2012, p. 220).

Contudo, lembra-se a segunda questão, levantada no início dessa sistematização, sobre a viabilidade de alterar o que está posto, “pois o processo histórico que destrói os limites de uma época é sempre animado pelo que ainda não encontra forma”. Então, como contraponto, anuindo às palavras de Rosa de Luxemburgo: é “socialismo ou barbárie”.

As autoras deste artigo continuam acreditando na viabilidade do socialismo, logo, da emancipação humana, divergentemente do senso comum acerca do esgotamento do pensamento de esquerda, conseqüentemente, da impossibilidade de que “outro mundo é possível”.

Se a barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível – e o possível é também constitutivo do real, tem raízes na realidade. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puros instrumentos da dominação do capital – podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem. A barbárie constrange, retém e reverte as forças sociais que, no mundo do trabalho e no mundo da cultura, constituem objetivamente a negação da ordem tardo-capitalista – mas não suprime tais forças. Nestes dois níveis – conhecimento e força social – radicam a possibilidade do socialismo (NETTO, 2012, p. 221).

O credo na possibilidade se baseia, contrariamente ao vastamente veiculado pela ideologia dominante, na compreensão de que

o sistema do capital não surgiu a partir de alguma predestinação mítica nem das determinações decisivas e das exigências autorrealizáveis da chamada ‘natureza humana’. Em geral, esta é sempre definida circularmente por filósofos e economistas políticos que adotam o ponto de vista do capital, e que descrevem o

mundo em termos da característica de imposição de valores do sistema socioeconômico capitalista que, por sua vez, se supõe 'naturalmente' resultante da própria 'natureza humana egoísta' (MÉSZÁROS, 2011, p.183).

A construção da alternativa socialista defendida tem a tradição teórica fundada por Karl Marx⁸, como ancoradouros para a apreensão e interpretação da realidade "germens de um projeto para a sua transformação" (SADER, 2009, p. 29).

Para que isso possa ter expectativa de futuro é indispensável, "estoque de conhecimento e força social"⁹. Conhecimento, aspecto delimitado para este artigo, identificador dos "rumos da história oculta" (SADER, 2009), que compreenda os clássicos e os reatualize, tendo como um dos sujeitos o "intelectual crítico" que desmonte as construções relativas, por exemplo, a "predestinação mítica" do capitalismo como algo natural à vida humana, destarte, de sua *inalterabilidade*. É preciso desocultar, desmistificar, decodificar a realidade de modo a apreender suas dimensões mais concretas, o que pode ser traduzido em:

captar seus itinerários, as novas formas que assume, suas novas dinâmicas, é condição essencial para sermos contemporâneos do nosso presente. *Se a história avança mascarada*, o papel da teoria é decifrar as novas expressões das contradições que articulam os sistemas de exploração, de dominação e de alienação, para apontar as formas de acumulação de forças e de construção da força econômica, social, política e ideológica que permita atualizar os processos de transformação revolucionária da nossa realidade (SADER, 2009, p. 29, grifos no original).

Importa referir que a interpretação da realidade pelo "intelectual crítico" pode

tão somente (ainda que muito importante) *antecipar* a passagem do *em si* ao *para si* (a passagem da existência à '*consciência*' de classe, [...] passagem que não pode 'substituir', senão que o proletariado deverá realizar por meio de sua própria *práxis* coletiva e autônoma. E, finalmente, que é o proletariado que, por meio dessa *práxis* e graças a ela, está *potencialmente* em condições de alcançar esse conhecimento 'universal', ainda que não possa *atualmente* fazê-lo; porém, isso, obviamente, não é uma condenação *in aeternum*, e sim uma *situação* histórico-concreta. [...] o fato de que o 'intelectual crítico' não possa substituir a *práxis* do 'proletário' não significa que seu trabalho de interpretação do real – esse momento relativamente autônomo do conhecimento crítico – não possa produzir conhecimento por si mesmo (GRÜNER, 2007, p.118, grifos no original).

O desempenho de tal caminhada, indispensável para apreender que é impossível fazê-la sem definir o método de perquirir e expor o real, está configurado na Parte 3, a seguir.

Materialismo histórico e dialético: método de apreensão da totalidade da vida social

A caracterização do método materialista e dialético para investigação e interpretação da sociedade, seguramente comporia sistematização específica. Para essa produção, distinguem-se alguns dos aspectos considerados centrais às problematizações aqui efetuadas.

Para o que importa a esse momento, apropria-se de Henri Lefebvre (2009) em seu resumo ao que ele chama de regras práticas do método dialético:

- a) Dirigir-se à própria coisa. [...] análise objetiva;
- b) Apreender o conjunto das conexões internas da coisa, de seus aspectos: o desenvolvimento e o movimento próprios da coisa;
- c) Apreender os aspectos e momentos contraditórios; a coisa como totalidade e unidade dos contraditórios;

- d) Analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, a tendência (o que tende a ser e o que tende a cair no nada);
- e) [...] tudo está ligado a tudo; e que uma interação insignificante, negligenciável, porque essencial em determinado momento, pode tornar-se essencial num outro momento ou sob um outro aspecto;
- f) [...] captar as transições; transições dos aspectos e contradições, passagens de uns nos outros, transições no devir. Compreender que um erro de avaliação [...] pode ter graves consequências;
- g) [...] o processo de aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda – é infinito. Jamais estar satisfeito com o obtido.
- h) [...] penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo; apreender conexões de grau cada vez mais profundo, até atingir e captar solidamente as contradições e o movimento.
- i) Em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar: modificar ou rejeitar sua forma, remanejar seu conteúdo – retomar seus momentos superados, revê-los, repeti-los, mas apenas aparentemente, com o objetivo de aprofundá-los mediante um passo atrás rumo às suas etapas anteriores e, por vezes, até mesmo rumo ao seu ponto de partida, etc. (LEFEBVRE, 2009, p. 240-241).

O uso dessas regras, não estanques nem hierarquizadas, apreende o método como revelando-se “ao mesmo tempo *rigoroso* (já que se liga a princípios universais) e o *mais fecundo* (capaz de detectar todos os aspectos das coisas, incluindo aspectos mediante os quais são ‘vulneráveis à ação’)” (LEFEBVRE, 2009, p. 241).

Reforça-se o registrado em páginas anteriores: qualquer processo de entendimento da realidade pressupõe identificar “a conexão entre a estrutura social e política e a produção”. Logo,

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí chegar aos homens em carne e osso. Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Por conseguinte, seus fundamentos centram-se na materialidade da vida social. Isso demanda exame racional (que é contrário à metafísica, ao senso comum). Tal processo inclui heranças objetivas econômicas, culturais, sociais e políticas (incluindo possibilidades e limites) e subjetivas (percepção das pessoas que a vivenciam), que fazem parte de um processo histórico e real, destarte, concreto. O objetivo é tornar tal processo consciente, ou seja, desvendá-lo indo além da sua aparência, captando sua essência a partir da análise dos seus: fundamentos, condicionantes, limites, estrutura, dinâmica, em um determinado tempo e espaço (NETTO, 2009).

É obrigatório ir à raiz fundante dos fenômenos e dos processos sociais em sua concreticidade (totalidade), observando as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Como expõe Karl Marx:

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. *Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso.* A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam.

P. ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade (MARX, 2011, p. 76-78, grifo nosso).

A vista disso, em cada sociedade, os fenômenos particulares e os processos sociais que a constituem, apesar de possuírem características próprias, não devem ser apreendidos, interpretados e explicados em si mesmos, mas a partir de seu movimento histórico, das relações estabelecidas entre as múltiplas dimensões (políticas, sociais, econômicas, culturais, filosóficas, sociológicas, institucionais) e totalidades maiores que compõem a realidade concreta. Ressalta-se que:

[...] a totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético [...] se são entendidos como partes estruturais do todo. [...] Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos (KOSIK, 2002, p. 44).

Completando o nexos apresentado na citação acima, a totalidade implica um processo inclusivo/abrangente, onde o objeto de análise, a realidade, é parte de um todo e apenas consegue ser apreendido “como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos” (CURY, 2000, p. 36), por meio da ação recíproca de diferentes facetas umas sobre as outras.

Frisa-se que “é sempre necessário voltar das partes ao todo, pois é este que contém a realidade, a verdade, a razão de ser das partes” (LEFEBVRE, 1991, p. 210). Envolve, desse modo, relações, articulações, mediações e contradições. Ademais, na perspectiva materialista e dialética,

a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre [sua] natureza [...], se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a [mesma] como unidade dialética de base e supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social. A realidade social *não* é conhecida como totalidade concreta se o homem no âmbito da totalidade é considerado apenas e sobretudo como *objeto*, e na *práxis* histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como *sujeito* (KOSIK, 2002, p. 52-53, grifos no original).

Por conseguinte, porque a realidade é socialmente determinada, somente é apreendida sob a perspectiva das relações e do modo como foram constituídas (diante do modelo econômico em vigor) – objetivamente e subjetivamente –, incluindo fatores históricos, numa dada conjuntura histórica: suas conexões, contradições internas e no movimento total (LEFEBVRE, 1991).

Mas, como já referido, a ida “à raiz fundante dos fenômenos e dos processos sociais em sua concreticidade (totalidade)” considera três dimensões: universalidade, particularidade e singularidade.

Por esse ângulo, qualquer análise sobre capitalismo, mesmo de uma situação singular, não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a universalidade.

De forma muito simples, sem maiores aprofundamentos¹⁰, exibem-se descrições sobre essas dimensões. É mandatário, antes, esclarecer que

o mundo objetivo é composto de infinitas mediações, compreendidas ‘enquanto cadeia viva entre a singularidade e a universalidade’. À consciência, elemento ativo no processo de reprodução social, é colocada a necessidade de produzir o conhecimento das situações singulares, das generalizações universais e do modo particular em que se articula o mundo objetivo. Caso assim não proceda, fica inviabilizada a realização das finalidades previamente concebidas pela consciência no ato do trabalho (lócus da síntese de teleologia e causalidade); esta torna-se incapaz de gerar o novo, e, portanto, de assumir um domínio cada vez mais avançado da natureza (PANIAGO, 1996, p. 78-79).

Explica-se, em continuidade às reflexões de Cristina Paniago:

O movimento contínuo da realidade objetiva coloca sempre novos desafios à subjetividade, exigindo que o processo de conhecimento se renove a partir do contato com o objeto imediatamente dado. No cotidiano, é comum nos depararmos com algo desconhecido – e, portanto, para a consciência carente de determinações –, onde *o imediatamente dado é visto como uma singularidade indeterminada*. E, por ser indeterminada, é indizível. *É necessário, então, que ele seja analiticamente decomposto*, relacionado a categorias universais já conhecidas, para que a subjetividade, descobrindo as suas mediações, possa identificar suas ‘legalidades particulares e gerais’ (PANIAGO, 1996, p. 79, grifo nosso).

Assim sendo, a universalidade pode ser aprendida como o plano em que “estão colocadas grandes determinações gerais de cada formação histórica” (PONTES, 2010, p. 85-86).

Contudo, é inequívoco que “em nossas relações diretas com a realidade tropeçaremos sempre diretamente com a singularidade” (LUKÁCS 1967, p. 203, tradução nossa).

Na singularidade as mediações, as determinações, enfim, a própria legalidade social, estão inteiramente ocultas. Numa palavra, esse é o plano da imediaticidade. É exatamente porque a singularidade corresponde à dimensão da imediaticidade que o sujeito cognoscente apreende as categorias sociais como formas autônomas de ser. Neste nível, essas categorias emergem despidas de determinações históricas (PONTES, 2010, p. 85, grifo nosso).

Finalmente, o particular

representa a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade da vida humana está eivada da singularidade dos ‘fatos irrepetíveis’ e saturada de universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social. [...] é, em última análise, – como bem exprime a plástica figura usada por Lukács –, um campo de mediações. *É um espaço onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza* (PONTES, 2010, p. 86, grifos no original).

Em resumo, a relação entre o universal e o singular não é de

inclusão ou de exclusão formais, mas também ela é uma relação dialética. Remetem dialeticamente um ao outro, através de uma mediação, de um termo médio. *Entre o universal e o concreto é impossível suprimir a mediação do particular*. Para descobrir as leis particulares, portanto, será necessário, no quadro das leis universais, investigar nas realidades particulares (conjuntos, classes, espécies) sua essência, seu conceito, suas relações; e isso através da experiência, do contato com o conteúdo (LEFEBVRE, 1991, p. 237, grifo nosso).

Por conseguinte, “cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado” (KOSIK, 2002, p. 31). Reside aí a compreensão do papel da mediação no processo de ultrapassagem da dimensão imediata (aparência) para a mediata, que possibilita chegar à essência do fenômeno, o que requer interrogações, análises e sínteses. Logo, “as mediações abrem espaço para que as teorias se concretizem, tornando-se guias das ações. [...] sem as mediações, as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas” (CURY, 2000, p. 44).

Como apanhado geral do afirmado nesta Parte 3, a perspectiva materialista e dialética,

trata da ‘coisa em si’, mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um ‘detour’. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana (KOSIK, 2002, p. 13).

Para finalizar as alegações e reflexões teórico-práticas desenvolvidas, apresenta-se, na parte seguinte, exposições do concreto vivido onde examina-se uma proposta que se autodenomina *Renovação da Política brasileira*, lançada em setembro de 2017, e que, na opinião das autoras, serve de um bom exercício para “indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (KOSIK, 2002, p.12).

No ato de examinar um documento – em um recorte da realidade –, procura-se alcançar interpretações à luz do discutido e afirmado nas páginas antecedentes.

Algumas conclusões a partir da leitura da realidade

Consoante ao defendido até esse momento, a acumulação de energias (política e teórica) “ante as investidas conservadoras” prescreve, além da força social, que o “intelectual crítico” realize leituras de realidade instituidoras de conhecimento que descrevam, interpretem, expliquem e questionem acerca da concreticidade das relações sociais, desvendando o que está oculto e mistificado.

Obviamente, as declarações e inferências feitas na Parte 2, incluíram elementos sobre a realidade brasileira. No entanto, ainda fundamental apontar outros que retratem, como na situação a seguir, uma expressão de mobilização articuladora de preceitos e diretrizes legitimadoras da “necessidade” de empreendedores “bons”, “talentosos” e “inovadores” gerenciarem o Estado.

Muitos seriam os exemplos¹¹. A escolha se deu, basicamente por ser um desenho de organização política, produto e sequência daquelas que vêm teorizando sobre relevância da *Lava Jato*, e que justificam, inclusive, o cerceamento de liberdade antes da realização de julgamento diante de provas concretas.

Optou-se como fonte de pesquisa o documento nomeado *Fundo cívico para a renovação política*, veiculado com data de setembro de 2017¹². Buscou-se, junto a esse, no procedimento de coleta e organização de dados, selecionar frases e palavras que destacam “elementos de informação, unidades de base para ajudar a encaminhar o processo de síntese e categorização posterior” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 62). Isso resultou, posteriormente, em descobertas e inferências, dando visibilidade ao que encontra-se implícito.

Para melhor apreensão das unidades de base, exibem-se citações do documento, disponível na internet (RENOVABR, 2017, s/p). Usa-se como recurso de identificação a letra F (de fragmento), a cada recorte, adendado de um número (1,2,3,4,5,6,7,8,9, 10, 11,12,13).

Seguramente, apenas com as unidades selecionadas, poder-se-ia efetuar múltiplas interpretações à luz das premissas teóricas e práticas defendidas neste artigo. As amostras de informações eleitas deram-se mais pelo número de páginas disponíveis a essa sistematização do que outra coisa.

Se agruparmos a afirmação “A política brasileira faliu. O Brasil está em uma das maiores crises econômica, política e moral de sua história” (F1) com a meta de “promover uma renovação profunda DO CONGRESSO NACIONAL, viabilizando candidaturas de pessoas boas [pois] há muitos talentos no Brasil que gostariam de entrar na vida pública e se dedicarem à construção de um país melhor” (F2), pode-se deduzir de maneira simplória que o Congresso Nacional brasileiro, por natureza, tem sido formado por pessoas más que, por isso, se tornam corruptos.

Diante disso, o projeto RenovaBR propõe que seja implementada a “reforma do Estado e dos princípios que o regem, transformando [...] num país moderno, e depende muito de um movimento contundente a partir da sociedade civil, trazendo para essa arena gente que hoje está fora da política” (F3).

Esse é um discurso de cunho alienante, calcado na ideologia cínica dominante, “mentira sob o disfarce da verdade¹³” (ZIZEK, 1996, p.14), que busca convencer diariamente a população em geral de seus argumentos. Pautam-se, para isso, num certo conhecimento científico e em “prometidas soluções corretivas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 40).

É importante lembrar que para a mentira ser assimilada como verdade por grandes parcelas da população, ou seja, para que

um sistema de pensamento se torne hegemônico, é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento. Mas não são quaisquer velhos conceitos que são suficientes para tal. É necessário construir um aparato conceitual que se mostre quase ‘natural’ para nossas intuições e instintos, para nossos valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos (HARVEY, 2007, p. 3-4).

Portanto, mentira proferida por *aqueles que sabem muito bem o que estão fazendo*. Ação pensada de forma a contribuir com a satanização do Estado e que tem alcançado êxito, “al hacer que la esfera pública sea percibida como un ámbito en donde prevalecen la corrupción¹⁴, la venalidad, la irresponsabilidad, y la demagogia” (BORON, 2003, p. 32, grifo nosso). Em seu contrário, tal preleção louva, enaltece as qualidades do mercado e de sua atuação no “bom” desenvolvimento e no “exemplar” funcionamento do que no privado.

Criticamente a essa satanização e louvação, apropria-se dos estudos de tradição marxista sobre o papel do Estado, comprovador da “mentira sob o disfarce da verdade”, demonstrando que ele atende, historicamente, aos imperativos de reprodução do capital, havendo uma relação simbiótica entre os dois¹⁵.

As manifestações de desqualificação do Estado, sob o *disfarce de verdade*, têm sido repassadas por diferentes fóruns e grupos, incluindo o RenovaBR. Nessas o Estado é mostrado como ineficiente, ineficaz, atrasado e os ocupantes dos cargos são apresentados como produto de “Relações espúrias entre empresas privadas e atuações públicas [e o] Esgotamento ético e moral do Congresso” (F4), aliados ao fato de que prevalece “Setores corporativistas organizados e endinheirados presentes no Congresso” (F5), logo, da “classe política” hoje no poder.

Essa é a verborreia empregada pelos idealizadores do “fundo cívico” dito “apartidário” para angariar recursos para eleger candidatos afinados com a ideologia liberal nas eleições de 2018, que é formado exatamente por um grupo de empresários e personalidades, entre os quais está Luciano Huck. Ora, isso nada mais é do que uma tentativa, travestida de “boas intenções”, para garantir o atendimento de interesses próprios (privados) e não de interesse popular.

O diagnóstico do RenovaBR é o de que a sociedade estaria exigindo uma nova “classe política” composta de “pessoas talentosas [...] – queremos uma política ocupada com pessoas éticas, corretas, só assim teremos um país em que ser honesto vale a pena” (F6). Nessas alocações, o espaço público estatal (entendido como espaço da política) *faliu*, o que seria culpa de pessoas más, não éticas, não honestas e

não corretas, não talentosas e não inovadoras, atrasadas, não dedicadas à “construção de um país melhor”. Isso seria pecado, também, daquela parte da “sociedade mal organizada e preguiçosa” (F7). Consequentemente, para ser capaz de relativizar de tal modo “o domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam [...]” (SOUZA, 2015, p. 557) e se sintam assim. Nessa direção,

a dominação social, material e concreta de todos os dias só é efetiva e tende a se eternizar se é capaz de se ‘justificar’ e convencer. E produzir ‘convencimento’ é precisamente o trabalho dos intelectuais no mundo moderno, substituindo os padres e religiosos do passado (SOUZA, 2015, p. 11-12).

Destarte, tal espaço público não estaria comportando esses novos atores, futuros políticos “em desvantagem” (F8), mas “extremamente motivados para servir a sociedade” (F9). Essas *boas pessoas* depois de escolhidas, serão treinadas para assumir os rumos da construção de *um país honesto*, já que creem ser “[...] as mais inteligentes, [...] as mais honestas, melhores, [...] tão boas e virtuosas [que] ‘merecem’ mesmo dominar e monopolizar todos os recursos escassos em suas mãos” (SOUZA, 2015, p. 220).

Supõe-se, que aqueles chamados a aderir ao projeto em questão seriam: 1) diferentemente dos *corruptos* (classe política) e dos *preguiçosos* (sociedade civil) capazes, aptos, honrados, honestos, virtuosos e incorruptíveis por natureza; 2) oriundos das “diversas iniciativas da sociedade civil” (F10) – esquerda, centro e direita (ver figura1).

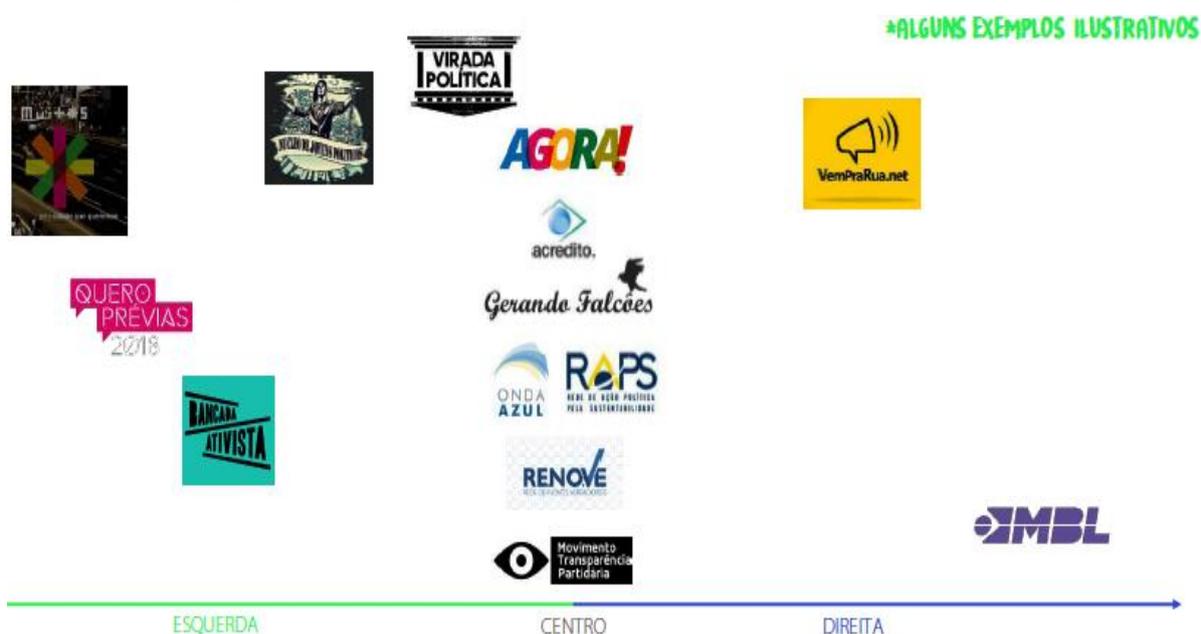


Figura 1 - Exemplos ilustrativos de iniciativas atuais da sociedade civil.
Fonte: RENOVABR (2017, [s/p]).

Bem, não há, no documento, fórmula (mágica) de como seriam identificados *a priori* esses (as) “anjos (as)”¹⁶, pois certamente deve haver, na esfera do divino, tal reconhecimento. Mas, cumprida essa etapa, os procedimentos seguintes são: atrair; selecionar; treinar; auxiliar; impulsionar; acompanhar (RENOVABR, 2017, s/p).

Chama-se atenção para três fases: selecionar, treinar e acompanhar. A primeira será composta por “dinâmicas de grupo presenciais, entrevistas e um teste de integridade”¹⁷. Acreditamos que o processo seletivo será a chave para encontrar as pessoas com perfil e valores ideais” (F11). Cria-se uma falsa ilusão de que com essas estratégias é possível identificar e reconhecer cidadãos(ãs) com as qualidades requeridas, posto que oculta de fato as verdadeiras razões desta proposta, para buscar adesão e “universalizar” interesses particulares de classe (especialmente econômicos e políticos) sob a promessa de “atender aos anseios da maioria da população”.

A segunda se dará no momento em que os “selecionados irão passar por um programa de formação coordenado pelo CLP¹⁸. [...] envolverá conhecimentos de: 1. Campanha/Política; 2. Comunicação/Media Training; 3. Autoconhecimento; 4. Painéis sobre os desafios do Brasil” (F12). Ora, propala-se como verdade um discurso de que esses “novos atores, futuros políticos” ao serem preparados estarão capacitados/qualificados para promover “mudanças transformadoras” e enfrentar os desafios de gestão na área pública com “ética, responsabilidade e transparência”.

Finalmente, a terceira e última fase envolverá o acompanhamento por “mentores durante a pré-campanha e a campanha e monitorados durante o mandato no Congresso Nacional”. (F13). Apesar de não definir quem serão os mentores e o papel desempenhado nesse processo, ao que indica o caderno institucional *Rede de Líderes 2017*, do Centro de Estudos da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), trata-se de um tipo de apoio/suporte ao desenvolvimento de lideranças políticas.

Então, como se pode verificar na proposta *Fundo Cívico para a Renovação da Política* – cunhado e liderado por grandes empresários – cria-se uma narrativa com forte efeito de convencimento político capaz de ganhar não apenas o “coração dos leigos”, mas age para legitimar-se como a corporificação dos “verdadeiros interesses” da classe trabalhadora. Exemplo disso é a “onda antipolítica e apartidária”, como uma tendência mundial, que se coloca como uma posição aparentemente “neutra”, expressando de maneira mais fiel os supostos “interesses de todos” contra aqueles (“preguiçosos” e “classe política corrupta”) que, de maneira mesquinha, defendem os “interesses” dos partidos políticos, “[...] impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora” (SOUZA, 2015, p. 122) e o progresso econômico.

Nessa direção é que vêm constituindo-se movimentos e grupos com essa “bandeira de luta”, reunindo distintos sujeitos, entre os quais cita-se “[...] o empresário/empreendedor inovador, que corajosamente assume riscos, [...] [e pode] ser o personagem intermediário que facilitaria perfeitamente a maximização e a harmonização dos interesses da totalidade [...]” (MÉSZÁROS, 2001, p. 151). Estando este disposto a “fazer alguma coisa para reagir à crise política e econômica”, com uma “visão modernizadora” e ancorada em princípios como ética, transparência. Por isso, reitera-se a necessidade de desocultar esses processos em curso na realidade concreta e o papel da ciência crítica, que pode

[...] desmascarar as ideologias que nos fazem de tolos ao colonizar e manipular sentimentos e anseios não compreendidos em nós mesmos [...], que pode também desconstruir a fragmentação míope que a ótica econômica unilateral cria para a percepção do mundo como ele é. É ela também que pode mostrar, afinal, que é a “relação entre as classes”, a ênfase no aspecto “relacional”, que permite esclarecer tanto a exploração de classe escondida sob formas “não econômicas” [...] quanto sua justificação e encobrimento. É ela, ao explicitar a dualidade dialética entre exploração e justificação, que permite dotar o cidadão inteligente que foi feito de otário das armas necessárias, primeiro, para sua mudança como ser humano e, depois, como mecanismo de aprendizado coletivo. Por fim, mais uma vez, é ela que pode dar voz ao sofrimento, à humilhação e à dor, silenciados pelas interpretações dominantes daqueles a quem faltam as armas para expressar e fazer valer sua indignação e revolta justa. A ciência social crítica não é algo que se deve deixar às salas de aulas dos privilegiados e aos jornais da ínfima oligarquia dominante. Seu dever é, em resumo, parafraseando Pierre Bourdieu, restituir, àqueles que foram transformados em marionetes de um drama que não compreendem e do qual não são os autores, o sentido e o comando sobre sua própria vida (SOUZA, 2015, p. 604-605).

Como se pode verificar, diante dos documentos manuseados, é preciso compreender também que leituras dominantes, fragmentárias e superficiais da realidade social, são necessárias para que indivíduos e classes sociais sejam “controlados” e legitimados interesses. Por isso, devem “[...] ser “justificados” de modo que pareçam “razoáveis” a fim de “convencer” os que são feitos de tolos por essas falsas justificações. Os endinheirados e poderosos têm que ser inteligentes o bastante para criar uma ‘ciência para [que] seus interesses’ [...]” (SOUZA, 2015, p. 10-11) se desenvolvam ao longo da história, nas diversas formações econômico-sociais, e isso tem que ganhar dimensão de “universalidade”.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond [1945]. Nosso tempo. In: _____. **A rosa do povo**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AQUINO, Felipe. **A hierarquia dos anjos**. São Paulo: Cleófas, 2016. Disponível em: <http://cleofas.com.br/a-hierarquia-dos-anjos/> Acesso em: 10 ago. 2017.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. **Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira**. Blog Junho. (<http://blogjunho.com.br>), 28 de junho de 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/hegemonia-e-crise-nocoas-basicas-para-entender-a-situacao-brasileira/comment-page-1/> Acesso em: 10 jun. 2017.
- BORON, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, jan./abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100085&lng=pt&nrm=is Acesso em: 10 jun. 2017.
- CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA – CLP. Disponível em: <http://www.clp.org.br> Acesso em: 12 ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FUNDO com apoio de Huck e Abilio dará R\$ 5.000 para novos candidatos. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1922893-fundo-privado-para-financiar-novos-candidatos-dara-r-5000-por-mes.shtml> Acesso em 28 set. 2017.
- GRÜNER, Eduardo. Leituras culpadas marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Campus Virtual, 2007, p. 103-150. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf> Acesso em: 18 jan. 2016.
- HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **INTERFACEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v.2, n.4, p. 1-30, ago. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/144/160> Acesso em: 4 fev. 2016.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Celia Neve e Alderico Toribó. 7.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Marxismo**. Tradução William Lagos. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2009.
- LUKÁCS, Georg. **Estética I: la peculiaridad de lo estético**. Barcelona/México, DF: Grijalb, 1967.
- _____. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Prefácio primeira edição. In: _____. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. v.1. t.1 (Os pensadores, v.1).
- _____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. **Revista Praxis**, Belo Horizonte, n. 5, p. 68-91, 1995.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Miséria da filosofia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Grundrisse**. 1.ed. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. **As lutas de classes na França**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MATTOS, Marcelo Badaró. A burguesia no Brasil: notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil. [Blog Junho]. 27 fev. 2017. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-burguesia-no-brasil-notas-introdutorias-como-contribuicao-ao-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/> Acesso em: 27 jul. 2017.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2 ed. rev. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.
- NETTO, José Paulo. **O que é marxismo?** 6.ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros passos).
- _____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões de nossa época, v. 20).
- _____. Cinco notas a propósito da “Questão social”. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano II, n. 3, p. 41-50, jan-jun. 2001.
- _____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700. 760 p. v. 1.

- _____. Uma face contemporânea da barbárie. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/2028/2717 Acesso em: 21 set. 2015.
- _____. Impera na esquerda 'reciclada' um cinismo assombroso. Entrevista. **Caros Amigos**: a primeira à esquerda. Especial esquerda brasileira: Versão digital. São Paulo: 22/08/2011. Disponível em: <https://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/1099-especial-esquerda-brasileira-jose-paulo-netto-qimper-na-esquerda-reciclada-um-cinismo-assombrosoq> Acesso em: 18 jul. 2017
- _____. Entrevista. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340, jul./out.2011a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf> Acesso em: 18 jan. 2016.
- _____. Entrevista. **A luta de classes nunca tirou férias neste país**. Brasil de Fato, site de notícias. 10 nov. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/33400/> Acesso em: 18 jan. 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Trabalho escravo**. Nações Unidas no Brasil (ONU/BR). Brasília, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/position-paper-trabalho-escravo.pdf> Acesso em: abr. 2017.
- PANIAGO, Cristina. Possibilidade ontológica do conhecimento. In: LESSA, Sérgio et al. (Org.) **Habermas e Lukács**: método trabalho e objetividade. Maceió: EDUFAL, 1996.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE – RAPS. Empreendendo na política por um Brasil sustentável. **Rede de Líderes (2017)**. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/rede-de-lideres/> Acesso em: 28 set. 2017.
- RENOVABR. **Fundo cívico para a renovação política**. 2017. contatorenovabr@gmail.com. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/09/fundo.pdf> Acesso em: 28 set. 2017.
- SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- SOUZA, Jessé José Freire de. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.
- XU, Jing; WANG Yuqing; TAN Zhe-Min. The relationship between sea surface temperature and maximum intensification rate of tropical cyclones in the North Atlantic. AMS – American Meteorological Society. **Journals Online**, 29 nov. 2016. Disponível em: <http://journals.ametsoc.org/doi/pdf/10.1175/JAS-D-16-0164.1> Acesso em: 18 jul. 2017.
- ZIZEK, Slavoj. **O espectro da ideologia**. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

¹ No Brasil (tal como vem ocorrendo em várias partes do planeta), entre os tantos exemplos de desabamento a serem apontados, estão: as formas contemporâneas de escravidão, tais como o trabalho forçado, a exploração do trabalho infantil, servidão doméstica, a escravidão sexual e o tráfico de pessoas indicados, inclusive, pelas Nações Unidas (2016); os altos índices de violência – homicídios por arma de fogo, agressões contra mulheres e contra professores (as); a evocação pela volta da ditadura; o massacre que teria vitimado entre nove e dezoito pessoas em fevereiro de 2017 à tribo isolada dos Warikama Djarar, como são chamados pelos indígenas Kanamari e, que só teve certa visibilidade em julho/agosto de 2017; o cancelamento, no mês de setembro de 2017, da mostra Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira cujo objetivo central é dar visibilidade a questões do universo LGBT presentes na sociedade e na cultura, através de obras e artistas marginalizados e a fala de um pré-candidato à presidência da república (Jair Bolsonaro) que verbalizou (ver vídeo disponível no youtube): “tem que fuzilar os autores” da exposição; a liminar da Justiça Federal do Distrito Federal em 15 de setembro de 2017 que permite aos psicólogos tratar gays e lésbicas como doentes e realizar “terapias de reversão”; a ingerência de doutrinas religiosas em um estado legalmente laico que vem configurando defesas como o Estatuto da Família, o Estatuto do Nascituro, a escola sem partido, a cura gay, a maioria penal. Citam-se, igualmente, enquanto retrocessos: a aprovação da reforma trabalhista em julho de 2017; o projeto de reforma da Previdência Social em tramitação no Congresso Nacional; a proposta, pelo governo federal em vigor (Michel Temer), da venda de estatais (por exemplo, Eletrobrás e Eletronorte – responsáveis por desenvolvimento econômico e social na produção e geração de energia, bem como sobre conhecimento técnico sobre potencialidades hídricas e energéticas) a empresas estrangeiras, que, se aprovada, colocará o país subjugado às grandes potências; a proposta de extinção de reserva Amazônica, liberando mineração que terá impactos como desmatamento e contaminação das águas com exploração mineral em área de floresta tropical. Vincula-se a isso, enquanto expressões mundiais, as expressivas mudanças climáticas ocorridas nos últimos tempos derivadas das atividades humanas que têm como uma de suas consequências a destruição por furacões cada vez mais fortes nas últimas décadas (XU; WANG; TAN, 2016).

² As formas de injustiças, assim como as de desigualdade, são características orgânicas do capitalismo. Contudo, a cada nova etapa de seu desenvolvimento, assumem diferentes e intrincadas fisionomias sociais e humanas condizentes com a intensificação da exploração. Assim, “diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’ [sendo esta] constitutiva do desenvolvimento capitalista. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (NETTO, 2001, p. 45).

³ As características e composições atuais da supremacia do capital devem ser apreendidas a partir da crise estrutural da década de 1970 (de caráter global) e seus relevantes rebatimentos, conjugados, no Brasil, nos anos de 1980 “pela rearticulação da burguesia e sua ‘adesão’ – nunca isenta de contradições – ao neoliberalismo” (MATTOS, 2017, s/p.). Explica-se: “Ao longo dos anos 1980, a defesa do liberalismo gradativamente abandonou o campo estritamente doutrinário e passou a se apresentar

como programa político. Nos últimos anos dessa década, na medida em que a crise orgânica assumiu contornos mais agudos, essa transformação se completou. Para o empresariado, a alternativa neoliberal era um programa capaz de alterar a relação de forças entre as classes por meio de reorganização econômica e da recomposição social” (BIANCHI, 2009 apud MATTOS, 2017, s/p.).

⁴ A crise em questão é, também, entendida como “do Estado em seu conjunto, ou seja, processa-se, também, no nível da sociedade civil, onde as classes dirigentes tradicionais passam a manifestar sua crescente incapacidade de dirigir toda a nação. A burocracia, a alta finança, as igrejas, os grandes monopólios de comunicação e todos aqueles organismos relativamente independentes da opinião pública têm suas posições reforçadas no interior do Estado. A repercussão da crise no conjunto do Estado pode provocar, dessa forma, o ‘deslocamento da base histórica do Estado’ e a supremacia do capital financeiro” (BIANCHI; CASTRO, 2015, s/p).

⁵ Emancipação humana a ser alcançável em uma sociedade para além do capital

⁶ Os efeitos não são produtos apenas o que vem ocorrendo nesse milênio, e com a crise política brasileira exibida especialmente a partir de 2014. Tem vínculo direto com as “enormes acomodações geológicas ocorridas nas camadas que compõem a história: a passagem do mundo bipolar [final anos 1980/início anos 1990] para o unipolar, sob o domínio dos EUA, e a mudança do modelo hegemônico keynesiano para o neoliberal. Combinadas, essas duas mudanças produziram as maiores transformações – praticamente, todas em sentido regressivo – que a história contemporânea conheceu” (SADER, 2009, p. 22). Dito de outra maneira: “Os efeitos – ainda que indiretos, mediatos e que precisam ser relacionados aos impactos derivados da queda do ‘Muro de Berlim’ – foram catastróficos em todo o mundo e não se limitaram, obviamente, ao universo ideológico e ao imaginário político: o preço da ofensiva do grande capital foi e está sendo pago pelas massas trabalhadoras do mundo inteiro” (NETTO, 2011, s/p).

⁷ “Para muita gente, a presente situação parece fundamentalmente inalterável, conforme a caracterização de Hegel de que o pensamento e a ação são corretos e adequados – ou, para ele, ‘racionais’ – apenas se submetidos às exigências do ‘capital permanente universal’. Além do mais, esta impressão de fatal inalterabilidade parece ser reforçada por um dos slogans políticos mais frequentemente repetidos pelos que tomam as decisões por nós como justificativa de suas ações: não há outra alternativa. Essa opinião continua sendo enunciada sem qualquer preocupação pela desesperança que resultaria do fato de esta proposição ser verdadeira. É bem mais fácil resignar-se à irreversibilidade do dilema afirmada no determinismo cego deste slogan político de nosso tempo – sem sequer tentar uma avaliação, muito menos um questionamento, de suas seríssimas implicações – do que imaginar a forma de enfrentá-lo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

⁸ Concorde-se com José Paulo Netto quando esse assim se posiciona: “1. penso que a obra original de Marx (a obra marxiana) é uma teoria da sociedade burguesa e da sua ultrapassagem pela revolução proletária; 2. considero esta obra necessária, mas não suficiente, para explicar/compreender e revolucionar o mundo contemporâneo; 3. julgo que todas as ideias de Marx (bem como de seus seguidores) devem ser testadas e verificadas sempre, jamais constituindo verdades imutáveis e evidentes por si mesmas; 4. enfim, [...]; defendo a tese de que há marxismos, vertentes diferenciadas e alternativas de uma já larga tradição teórico-política. A hipótese de um marxismo único, puro e imaculado remete mais à mitologia política e ideológica do que à crítica racional” (NETTO, 1990, p. 8-9, grifo nosso). Dito de outra maneira. A opção pela tradição marxista não resulta em “um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou ‘aperfeiçoá-lo’ conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso” (LUKÁCS, 2003, p. 64).

⁹ O conhecimento a ser expresso em teoria e em força social são imprescindíveis ao entendimento da tradição marxista. A conhecida frase de Marx e Engels “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539), propõe, claramente, que a filosofia materialista dialética não baseia-se na mera leitura de realidade, mas ela deve servir para transformá-la. Ou seja: “1) a transformação do mundo é a condição de uma interpretação correta e “objetiva”; e 2) vice-versa, dada essa condição, a interpretação já é, de certa forma, uma transformação da realidade, que implica, em um sentido amplo, mas estrito, um ato político e não meramente ‘teórico’” (GRÜNER, 2007, p. 106). Nessa lógica, “nem a pura abstração da teoria, nem o puro ‘ativismo’ da prática, tem realmente consequências materiais sobre o estado de coisas do mundo” (GRÜNER, 2007, p. 107).

¹⁰ Para maiores aprofundamentos sobre universalidade, particularidade e singularidade ver entre outros: Lukács (1967; 1978); Paniago (1996); Kosik (2002); Pontes (2010).

¹¹ A operação Lava-Jato, iniciada em 2014 (envolvendo Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal em Curitiba), incitou e teve aderência de milhares de pessoas (sob a batuta das elites, com grande expressão da Rede Globo de comunicações) que foram as ruas contribuindo, deveras, com o impeachment da presidenta Dilma. A bandeira social de adesão de parcelas da população a essa operação foi o combate à corrupção.

¹² Segundo o Jornal Folha de São Paulo, de 04 de outubro de 2017: “O fundo que está sendo criado por empresários para bancar a formação de novos candidatos para as eleições do ano que vem prevê bolsas mensais de R\$ 5.000 para os selecionados. O valor exato será estabelecido nas próximas semanas. Oficialmente chamado de RenovaBR (Fundo Cívico para a Renovação Política), o projeto é uma iniciativa do executivo Eduardo Mufarej, que tem relatado em encontros já contar com a disposição de colaboradores como o comunicador Luciano Huck, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, o

publicitário Nizan Guanaes, o empresário Abilio Diniz e o ex-técnico de vôlei Bernardinho”. Ainda na mesma reportagem do referido jornal, Eduardo Mufarej Mufarej “é sócio da Tarpon Investimentos e presidente da Somos Educação, foi um dos fundadores do Partido Novo e também faz parte do CLP (Centro de Liderança Pública)”.

¹³ Um bom exemplo da mentira sob o disfarce da verdade “quando uma potência ocidental intervém num país do Terceiro Mundo em decorrência de violações dos direitos humanos, pode ser perfeitamente ‘verdadeiro’ que, nesse país, os direitos humanos mais elementares não têm sido respeitados, e que a intervenção ocidental irá efetivamente melhorar o quadro desses direitos. Mesmo assim, essa legitimação é ‘ideológica’, na medida em que deixa de mencionar os verdadeiros motivos da intervenção (interesses econômicos, etc.). O modo mais destacado dessa ‘mentira sob o disfarce da verdade’, nos dias atuais, é o cinismo: com desconcertante franqueza, ‘admita-se tudo’, mas esse pleno reconhecimento de nossos interesses não nos impede, de maneira alguma, de persegui-los; a fórmula do cinismo já não é o clássico enunciado marxista do ‘eles não sabem, mas é o que estão fazendo; agora, é ‘eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo’” (ZIZEK, 1996, p.14, grifo nosso).

¹⁴ A corrupção, palavra de ordem dos pretensos defensores da “limpeza ética e moral” do Brasil, é global e inerente ao capital. Marx (2012), já em 1850, pronunciava-se a respeito das companhas para seu “combate” e o apoio popular a essas: “E as facções não dominantes da burguesia francesa bradaram: Corrupção!. O povo bradou: À bas les grands voleurs! À bas les assassins!” [Abaixo os grandes ladrões! Abaixo os assassinos!], quando, no ano de 1847, foram apresentadas publicamente, em um dos palcos mais sublimes da sociedade burguesa, as mesmas cenas que costumavam levar o lumpemproletariado aos bordéis, aos asilos de pobres e hospícios, perante o juiz, aos bagnos [cárceres] e ao patíbulo. A burguesia industrial viu seus interesses em perigo, a pequena burguesia ficou moralmente indignada, a fantasia popular se revoltou, Paris foi inundada com panfletos – La dynastie Rothschild [A dinastia Rothschild], Les juifs rois de l’époque [Os judeus, reis da nossa época] etc. – em que o governo da aristocracia financeira foi denunciado e estigmatizado com maior ou menor espirotuosidade” (MARX, 2012, p. 31-32). Sendo inerente, a “corrupção que caracteriza a ação dos grupos monopolistas e seus serventários políticos é também “globalizada”: envolve figuras de todos os quadrantes. A lista de escândalos é infinita – recordemos alguns dos que mais repercutiram, nomeando seus protagonistas: Anthony Gebauer (lobbista norte-americano), Bernard Trapie (empresário e ex-ministro francês), Roh Tae Woo (ex-presidente da Coreia do Sul), Pierre Suard (ex-presidente executivo da Alcatel Alsthom), Paolo Berlusconi (irmão do capo italiano), Willy Claes (ex-secretário-geral da NATO), Toschio.” (NETTO, 2012, p. 166).

¹⁵ “A articulação da estrutura abrangente de comando político do capital, na forma do Estado moderno, representa ao mesmo tempo um ajuste adequado e um total desajuste em relação às estruturas metabólicas socioeconômicas básicas. À sua própria maneira – totalizadora –, o Estado expõe a mesma divisão do trabalho hierárquico/estrutural das unidades reprodutivas econômicas. Assim, ele é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão, sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente. [...], o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado [...] fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 122).

¹⁶ Expressão utilizada em sentido irônico para efetuar a crítica.

¹⁷ Não se teve, ainda, acesso ao teste de integridade. Talvez ele assinale o, até então, segredo do reconhecimento dos (as) “anjos (as)”. Possivelmente, se for seguida a hierarquia tradicional das nove ordens angelicais: serafins, querubins, tronos (primeira hierarquia), dominações, potestades, virtudes (segunda hierarquia), principados, arcanjos e anjos (terceira hierarquia). Imagina-se que: a) os mentores compõem a segunda ordenação, uma vez que esses “dirigem os Planos da Eterna Sabedoria, comunicando aqueles projetos aos Anjos da Terceira Hierarquia, que vigiam o comportamento da humanidade. Eles são responsáveis pelos acontecimentos no Universo” (AQUINO, 2016); b) acima dos mentores estão os da primeira classificação, formados “pelos Santos Anjos que estão em íntimo contato com o Criador. Dedicam-se a Amar, Adorar e Glorificar a DEUS numa constante e permanente frequência” (AQUINO, 2016). A incumbência desses deve ser a de pensar, edificar e propalar propostas como as do RenovaBR, pois sabem muito bem o que fazem.

¹⁸ CLP – Centro de Liderança Pública: “desenvolve líderes públicos empenhados em promover mudanças transformadoras por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas. Oferecemos aos líderes instrumentos práticos para ajudá-los a mobilizar e engajar a sociedade em mudanças eficazes, com ética e responsabilidade. O CLP é uma organização sem fins lucrativos e apartidária” (CLP, s/d).